



REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE
SUPERVISORES FINANCEIROS
do dia 17 de Junho de 2011

O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) reuniu no dia 17 de Junho de 2011, sob a presidência do Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos da Silva Costa, e com as presenças dos restantes membros, o Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Dr. Carlos Tavares, o Presidente do Instituto de Seguros de Portugal, Dr. Fernando Nogueira, e o Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof. Doutor Pedro Duarte Neves.

Foram as seguintes as matérias mais relevantes abordadas:

- **Sistema Financeiro Nacional**

O Conselho analisou a situação e os desenvolvimentos recentes do sistema financeiro nacional, tendo por base um documento produzido pelas três Autoridades de Supervisão, cuja síntese se anexa ao presente Comunicado.

- **European Systemic Risk Board (ESRB)**

Tendo em vista a preparação da reunião do General Board do European Systemic Risk Board que se irá realizar, em Frankfurt, no próximo dia 22 de Junho, o Conselho passou em revista os vários pontos da agenda da referida reunião.

- **Participação na Actividade das Autoridades de Supervisão Europeias**

Os membros do CNSF trocaram informações relacionadas com a sua participação na actividade das Autoridades Europeias de Supervisão, e, nomeadamente, discutiram aspectos ligados à realização e à divulgação ao mercado dos resultados do exercício de “stress tests” em curso, no âmbito da EBA (European Banking Authority).

- **Transposição da Directiva OMNIBUS I**

O Conselho aprovou o anteprojecto de decreto-lei de transposição da Directiva OMNIBUS I, que consagra as alterações necessárias à efectivação dos novos poderes das ESAS (European Supervisory Authorities), o qual irá, agora, ser proposto ao Governo. O Conselho estabeleceu, ainda, orientações sobre os trabalhos futuros relacionados com a análise das implicações desta Directiva, nomeadamente, em termos dos procedimentos de supervisão e das relações de cooperação entre autoridades de supervisão nacionais.

- **Implementação do Programa de Assistência Financeira a Portugal**

O Conselho trocou impressões sobre a implementação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na vertente da estabilidade financeira, tendo por base, nomeadamente, informação facultada pelo Senhor Governador do Banco de Portugal sobre a aplicação das principais medidas, relativas ao sistema financeiro, previstas no Programa.

- **Literacia Financeira**

O Conselho tomou conhecimento do ofício do Senhor Ministro de Estado e das Finanças a endossar o Plano Nacional de Formação Financeira e inteirou-se, igualmente, do desenvolvimento dos trabalhos já encetados sobre a respectiva execução. O Conselho decidiu, por outro lado, aprovar as etapas seguintes do processo de realização do Plano propostas pela Comissão de Coordenação.

- **Quadro regulamentar e estatutário da supervisão financeira**

Muito embora os quadros regulamentar e estatutário que suportam o exercício das funções de regulação e supervisão financeira não comprometam nem a autonomia nem a eficiência que o Programa de Assistência Financeira UE/FMI estabelece como princípios basilares do bom desempenho da actividade reguladora, o Conselho considera que se justifica reforçar, de uma forma efectiva, as disposições que determinam a capacidade das três entidades para prosseguir, de modo independente e eficiente, as respectivas missões de regulação e supervisão.

Situação do Sistema Financeiro Nacional: evolução recente

O sistema financeiro português, e o bancário em particular, tem desenvolvido a sua actividade num enquadramento particularmente adverso, afectado pela crise da dívida soberana na área do euro, iniciada no primeiro trimestre de 2010 e com um forte agravamento nos primeiros meses de 2011. De facto, as tensões sobre a dívida soberana persistiram em 2011, continuando a afectar países com maiores desequilíbrios fiscais e estruturais ou com vulnerabilidades no sistema bancário. Na sequência desta crise, as condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais deterioraram-se de forma acentuada. Para mitigar estas tensões intensificaram-se os esforços de consolidação orçamental em vários países, incluindo Portugal.

Os prémios de risco soberano mantiveram-se em níveis elevados, com uma tendência crescente. No caso português, em particular, os investidores internacionais singularizaram a economia principalmente em função do elevado nível de endividamento externo e do baixo crescimento tendencial, em conjugação com níveis do défice e da dívida pública relativamente altos e superiores ao esperado. Em Março de 2011, a situação portuguesa registou uma significativa e rápida deterioração, num contexto de instabilidade política e de novas incertezas quanto aos mecanismos temporários e permanentes de estabilização financeira na União Europeia.

As agências de *rating* efectuaram sucessivas revisões em baixa das notações atribuídas ao Estado português, bem como aos bancos e a algumas empresas não financeiras.

Neste quadro, no início de Abril, o governo português solicitou o apoio financeiro da União Europeia, dos países membros da área do euro e do FMI, tendo o pedido sido aprovado no dia 17 de Maio pelo Conselho de Ministros da Economia e das Finanças da UE e no dia 20 de Maio pelo FMI.

No âmbito do programa de ajustamento económico e financeiro adoptado na sequência do pedido de apoio financeiro foram definidas medidas para o reforço da estabilidade do sistema financeiro, das quais se destacam as seguintes:

- Assegurar que os bancos portugueses dispõem da liquidez necessária (incluindo o reforço do colateral disponível e a possibilidade de emissão de obrigações com garantia estatal) até ao montante global de 35 mil milhões de euros;
- Definição de planos de financiamento específicos de médio prazo para assegurar a desalavancagem gradual do sector bancário e a redução gradual do financiamento junto do Eurosistema;
- Reforço das exigências recentemente impostas pelo Banco de Portugal sobre os rácios de solvabilidade (impondo-se um rácio Core Tier1 mínimo de 9% a partir do final de 2011 e de 10% a partir do final do ano seguinte). Os bancos deverão cumprir as novas exigências de capital através do recurso a soluções privadas de mercado. Contudo,

caso os bancos não tenham capacidade para atingir estas metas no horizonte especificado, o Programa inclui um fundo de apoio à recapitalização dos bancos para apoiar o cumprimento desta exigência, envolvendo um montante global de 12 mil milhões de euros;

- Intensificação do acompanhamento do sistema bancário e da sua regulação e supervisão.

O sistema bancário português iniciou já em 2010 um ajustamento do balanço que se traduziu em esforços de reforço de capital, vendas de activos, um significativo abrandamento da concessão de crédito e uma intensificação da captação de recursos de clientes, tendência que se aprofundou no primeiro trimestre de 2011. Como resultado, no segundo semestre de 2010 e primeiro trimestre de 2011, assistiu-se a uma interrupção da dinâmica de crescimento da actividade. Neste contexto, importa destacar a desaceleração do crédito ao sector privado em 2010, centrada no segmento dos particulares. Em paralelo, no primeiro trimestre de 2010, foi já visível em algumas instituições a adopção de estratégias associadas à venda de carteiras de crédito e activos financeiros (títulos de dívida pública).

No que se refere à evolução dos depósitos do sector privado não financeiro, observou-se um dinamismo significativo na segunda metade de 2010, que prosseguiu no início de 2011. Esta evolução deve ser interpretada à luz da estratégia de financiamento dos bancos, envolvendo nomeadamente um aumento da remuneração dos depósitos de clientes, bem como uma recomposição da carteira de aplicações de particulares, em resultado de um aumento da aversão ao risco, num quadro de agravamento das tensões nos mercados financeiros.

Durante os três primeiros meses de 2011, o resultado líquido consolidado do sistema registou uma variação negativa associada à forte redução dos resultados em operações financeiras e ao aumento das imparidades líquidas totais. A forte redução nos resultados em operações financeiras reflectiu, em larga medida, os impactos negativos das operações realizadas por algumas instituições no âmbito dos programas de desalavancagem correntemente em curso (perdas realizadas com vendas de carteiras de crédito e de títulos de dívida pública) e o efeito da desvalorização dos títulos de dívida contabilizados nas carteiras a justo valor. Não obstante, é de destacar a evolução positiva da margem financeira e das comissões.

Refira-se que o Banco de Portugal tomou diversas medidas ao longo dos últimos meses para mitigar os riscos sobre a estabilidade do sistema bancário português. No início de 2011, o Banco transmitiu orientações aos bancos relativamente à necessidade de manutenção de políticas prudentes de distribuição de resultados, de reforço do capital regulamentar, de promoção de uma desalavancagem gradual dos balanços, de melhoria da eficiência operacional e diminuição do recurso a financiamento junto do BCE. Estas orientações têm vindo a ser acolhidas pela generalidade dos grupos bancários portugueses.

Em termos de solvabilidade, o rácio Core Tier1 aumentou, situando-se no final do primeiro trimestre de 2011 em 8,4%. Tendo em consideração a exigência dos bancos passarem a deter um rácio de Core Tier1 de 9% até ao final de 2011, poder-se-á afirmar que o sistema, em média, deverá ter que realizar aumentos de capital elegíveis como Core Tier1.

Neste enquadramento podem ser identificados os seguintes riscos para o sector bancário: risco de refinanciamento e de liquidez; risco de deterioração da qualidade do crédito; risco de

mercado associado a eventuais perdas na carteira de títulos e fundos de pensões; e, riscos associados à necessidade de reforço do capital regulamentar.

Ao nível do sector segurador, verificou-se no primeiro trimestre de 2011 uma redução significativa da produção de seguro directo. Neste período, considerando a totalidade do negócio, a produção das empresas sob a supervisão do ISP registou um valor de aproximadamente 3m M.€, o que representa uma quebra de 29,8% face ao período homólogo de 2010, totalmente explicada pelo ramo Vida. De facto o conjunto dos ramos Não Vida alcançou um crescimento de 0,5% enquanto o ramo Vida decresceu 39%. Tal redução é explicada, pelo menos em parte, em consequência da tendência verificada ao nível da oferta bancária na comercialização de produtos que captam poupança directamente para os balanços dos bancos, essencialmente depósitos a prazo, em vez de produtos da área seguradora com características de mais longo prazo. Adicionalmente, a quebra do rendimento disponível das famílias associada à alteração do regime de benefícios fiscais a que estavam sujeitos determinados produtos do sector segurador, terão também contribuído para a evolução observada.

Os custos com sinistros de seguro directo apresentaram um aumento de 51%, explicado pela evolução do ramo Vida (aumento de 76%), enquanto para os ramos Não Vida esta rubrica diminuiu 18%. A este respeito, importa salientar que 67% dos custos com sinistros do negócio Vida respeitam a resgates, que viram o seu valor duplicar face ao período homólogo, tendo-se verificado um acréscimo em todas as modalidades resgatáveis.

Globalmente, em Março de 2011, as empresas de seguros sob supervisão do ISP atingiram resultados líquidos na ordem dos 105 M.€ e um rácio de cobertura da margem de solvência de 154%.

As contribuições para fundos de pensões cifraram-se em 91 M.€ durante o primeiro trimestre de 2011 (aumento de 23%), enquanto os benefícios pagos decresceram 7% face ao período homólogo para 262 M.€.

Não obstante a resiliência que o sector segurador e fundos de pensões têm demonstrado no actual cenário macroeconómico, importa manter sob constante monitorização os eventuais riscos relevantes para este mercado. Entre estes salienta-se: (i) a exposição à dívida pública e ao sector financeiro, (ii) o efeito dos ciclos económicos e do aumento da concorrência na rentabilidade, (iii) a possibilidade de ocorrência de catástrofes e (iv) alterações regulamentares.

Nos primeiros cinco meses do ano a evolução do PSI 20 acusou o aumento da percepção dos riscos associados às perspectivas de resultados das empresas cotadas portuguesas, ficando a sua valorização claramente aquém da registada pelos índices de referência europeus ou norte americanos. Também o volume de transacções efectuadas na Euronext Lisboa registou um decréscimo substancialmente superior ao da globalidade dos mercados geridos pela Euronext, pelo que a quota de mercado representado pelo Euronext/Lisboa no total de mercados da Euronext, passou de 2,4% (no fim de 2011) para 1,8%, no final de Maio deste ano.

Continuou a assistir-se à quebra dos recursos geridos por Organismos de Investimento Colectivo, a par do acréscimo das aplicações em depósitos bancários. Este fenómeno tem merecido uma reflexão aprofundada por parte dos supervisores, tendo em conta a importância daqueles organismos na captação da poupança e no financiamento da economia portuguesa, num período de provável retracção do crédito bancário.